



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município  
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de abril de 2024

Ano XVIII

nº 2789



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



## DECRETO Nº 2745, DE 15 DE ABRIL DE 2024.

*“Autoriza a baixa de ônus nas Escrituras Públicas de Hipoteca dos lotes descaucionados pelo Decreto 2733, de 04 de março de 2024, localizados no Loteamento de Acesso Controlado denominado Golden Park, de propriedade de Condomínio Golden Park SPE Ltda.”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo (MG), no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto nas Leis Federais 6.766/79, 9.785/99 e as normas municipais que abordam temas sobre parcelamento do solo urbano;

**CONSIDERANDO** que o Decreto 2604, de 14 de fevereiro de 2023, aprovou o loteamento de acesso controlado denominado Golden Park, de propriedade de Condomínio Golden Park SPE Ltda., inscrito no CNPJ.: 39.977.088/0001-31, localizado no perímetro urbano, constante na matrícula 43.318 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo;

**CONSIDERANDO** que o Decreto 2733, de 04 de março de 2024 dispõe sobre o recebimento parcial do Loteamento de Acesso Controlado denominado Golden Park, de propriedade de Condomínio Golden Park SPE Ltda., e autoriza a liberação parcial dos lotes caucionados e alvarás de construção, conforme se especifica;

**CONSIDERANDO** a nota de exigência 216.789 emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis que solicita a baixa de ônus nas Escrituras Públicas de Hipoteca dos lotes que foram descaucionados;

### DECRETA:

**Art. 1º** Autoriza a baixa de ônus nas Escrituras Públicas de Hipoteca dos lotes descaucionados pelo Decreto 2733, de 04 de março de 2024, localizados no Loteamento de Acesso Controlado Golden Park, aprovado por meio do Decreto 2604, de 14 de fevereiro de 2023, de propriedade de Condomínio Golden Park SPE Ltda, abaixo especificados:

- I. Lotes 06, 07, 16 e 17 da Quadra 04;
- II. Lotes 01, 02, 03 e 14 da Quadra 05;
- III. Lotes 01, 02 e 21 da Quadra 07;
- IV. Lote 09 da Quadra 08;
- V. Lotes 08 e 09 da Quadra 11;
- VI. Lotes 02, 08, 09 da Quadra 12;
- VII. Lotes 01 e 02 da Quadra 13.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 15 de abril de 2024.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



## DECRETO Nº 2746, DE 15 DE ABRIL DE 2024.

*“Dispõe sobre a permissão de uso de bem público municipal ao Conselho Central de Monte Carmelo da SSVP, na forma que especifica.”*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI; art. 86, I, “g”, e art. 92, § 3º, da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO** que o Conselho Central de Monte Carmelo da SSVP é uma associação de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, de assistência social e de duração por tempo indeterminado (art. 1º do Estatuto Social);

**CONSIDERANDO** que a instituição tem por finalidade prestar serviços de relevância social e de interesse público, de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos de seus usuários, de forma planejada, continuada e permanente, na área da assistência social, de forma gratuita aos seus usuários, proporcionando-lhes proteção social básica (art. 2º do Estatuto Social);

**CONSIDERANDO** que a instituição integra o denominado terceiro setor, entendido como aquele que é composto por entidades da sociedade civil que se caracteriza por prestar atividade de interesse público;

**CONSIDERANDO** que para a execução das atividades da organização social é necessário equipamentos adaptados para atender às pessoas com mobilidade reduzida que estão institucionalizadas;

**CONSIDERANDO** que a disponibilização destas cadeiras de transferência não prejudicará, de nenhum modo, a oferta de serviços públicos;

**CONSIDERANDO** a manifesta existência de interesse público em permitir o uso do bem objeto da permissão, o que se evidencia pelo atendimento aos fins de interesse geral da coletividade, mediante efetiva contribuição para ações de caráter assistencial, educacional e recreativo;

**CONSIDERANDO** que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que “o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado”;

**CONSIDERANDO** que nos termos do parágrafo 3º do referido dispositivo, “a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto”;

### DECRETA:

**Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre a outorga de permissão de uso de 02 (duas) cadeiras de transferência com elevação eletrônica, constantes no patrimônio municipal sob o nº 33668 e 33669 ao Conselho Central de Monte Carmelo da SSVP, associação de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 22.604.680/0002-76, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 449, Boa Vista, Monte Carmelo/MG, CEP: 38500-000.

**Parágrafo único.** A permissão de uso a que se refere o caput será outorgada a título precário e gratuito e vigorará por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo, independentemente de indenização, a critério da Administração Pública Municipal, consoante razões de conveniência e oportunidade, sempre com fundamento no interesse público, ou cassada por falta da permissionária, observado o devido processo administrativo, na hipótese de descumprimento das cláusulas contidas neste Decreto ou no Termo de Permissão de Uso.

**Art. 2º** A permissão de uso será formalizada mediante a assinatura de Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

- I - que a permissionária é responsável pela preservação, manutenção, reparos e respectivas despesas decorrentes do uso do bem;
- II - que a permissionária ficará obrigada a prestar informações sobre o bem objeto deste Decreto, sempre que solicitado pelo Município;
- III - a prerrogativa do Município de Monte Carmelo de, a qualquer momento, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no Termo de Permissão de Uso;
- IV - a natureza gratuita da permissão;
- V - a utilização segundo a finalidade exclusiva do bem;
- VI - a proibição da permissionária transferir a terceiros os direitos decorrentes da permissão;
- VII - a proibição quanto à modificação do uso a que se destina o bem, sem expressa e estrita concordância do permitente;
- VIII - a responsabilidade exclusiva da permissionária por quaisquer danos ou prejuízos causados no bem, ou por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de seu uso, eximida, em todo caso, a responsabilidade da permissionária;
- IX - a possibilidade de extinção da permissão por ato administrativo do Município, independentemente do pagamento de qualquer indenização, nas hipóteses de interesse público devidamente justificado e de descumprimento de quaisquer das cláusulas do termo formalizado;

**Art. 3º** A permissão de uso a que se refere este Decreto aperfeiçoa-se exclusivamente em função do relevante interesse público, face aos benefícios mútuos que serão auferidos, os quais serão revertidos em proveito de toda a coletividade.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 16 de abril de 2024

Ano XVIII

nº 2789

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 05 de abril de 2024.

Monte Carmelo/MG, 15 de abril de 2024.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO:** Termo de Colaboração nº 03/2024 que entre si celebram o Município de Monte Carmelo, inscrito no CNPJ sob o nº 18.593.103/0001-78, e Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo de Monte Carmelo – CARMOCEB, inscrita no CNPJ sob o nº 20.260.451/0001-75, com fulcro na Lei Municipal nº 2093/2024. **Objeto:** o repasse de recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB para atendimento dos alunos da Educação Infantil, com idade entre 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, conforme Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023 e Lei Municipal nº 2093/2024. **Valor Global:** R\$ 907.200,00 (novecentos e sete mil e duzentos reais). **Forma de repasse:** 09 (nove) parcelas mensais, a primeira no valor de R\$ 302.400,00 (trezentos e dois mil e quatrocentos reais) em até 05 (cinco) dias após a assinatura do termo e as demais no valor R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), até o 5º (quinto) dia de cada mês. **Vigência:** 09 (nove) meses, contados a partir da data de assinatura. **Data de assinatura:** 16 de abril de 2024.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		<b>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DÉBITOS DE IPTU Nº 0043/2024</b>
<b>DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)</b>		
Nome: KELLY CRISTINA ROCHA DE OLIVEIRA- ESPÓLIO	CPF/CNPJ: 057.012.226-08	
Endereço: RUA GUIANA, 534	Bairro: DO TREVO	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000
<b>DADOS DO IMÓVEL</b>		
Código do imóvel: 2048	Quadra: O	Lote: 6B
Endereço: RUA GUIANA, 534	Bairro: DO TREVO	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000
<b>HISTÓRICO</b>		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito. Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral. Foi aprovada a Lei nº 2052 de 18 de Dezembro de 2023, que concede descontos de até 100 % (cem por cento) em multas e juros para pagamentos e negociações de dívidas incluindo o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU no período de 01/01/2024 e 31/08/2024.		
<b>LOCAL E DATA</b>		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 22 de Fevereiro de 2024.		
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA</b>		
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso		
Cargo: Especialista Tributário / 438.968		
Assinatura:		
<b>CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL</b>		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 0046/2024, em de de 2024.		
Nome:	CPF/RG:	
Assinatura:		

Nome:	CPF/RG:
Assinatura:	
<b>ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL</b>	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 0043/2024	Fernando Naves Mendes Fiscal de Tributos/Matricula: 441.954 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.	

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	<b>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DÉBITOS DE IPTU Nº 0046/2024</b>
<b>DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)</b>	
Nome: LAIDE FLORENTINA DA SILVA-ESPÓLIO	CPF/CNPJ: 649.670.776-68
Endereço: RUA QUIRINO JOSÉ QUADROS, 1215	Bairro: BELO HORIZONTE
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000
<b>DADOS DO IMÓVEL</b>	
Código do imóvel: 14652	Quadra: 1009-A Lote: SN
Endereço: RUA QUIRINO JOSÉ QUADROS, 1215	Bairro: BELO HORIZONTE
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000
<b>HISTÓRICO</b>	
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito. Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral. Foi aprovada a Lei nº 2052 de 18 de Dezembro de 2023, que concede descontos de até 100 % (cem por cento) em multas e juros para pagamentos e negociações de dívidas incluindo o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU no período de 01/01/2024 e 31/08/2024.	
<b>LOCAL E DATA</b>	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 22 de Fevereiro de 2024.	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA</b>	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:	
<b>CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL</b>	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 0046/2024, em de de 2024.	
Nome:	CPF/RG:
Assinatura:	
<b>ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL</b>	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 0046/2024	Fernando Naves Mendes Fiscal de Tributos/Matricula: 441.954 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.	

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	<b>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DÉBITOS DE IPTU Nº 0051/2024</b>
<b>DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)</b>	
Nome: LAZARO BARBALHO DA SILVA	CPF/CNPJ: 951.503.316-00
Endereço: RUA TURIM, 61	Bairro: VILLA ITÁLIA
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000
<b>DADOS DO IMÓVEL</b>	
Código do imóvel: 24133	Quadra: 15 Lote: 24
Endereço: RUA TURIM, 61	Bairro: VILLA ITÁLIA
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000
<b>HISTÓRICO</b>	
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário(a) do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.	





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



**Órgão Oficial do Município**  
**Lei nº 661, de 09 abril de 2007**

**Dia 16 de abril de 2024**

**Ano XVIII**

**nº 2789**

Publica do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito. Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure o Departamento de Arrecadação – Setor de Tributos – IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.

Foi aprovada a Lei nº 2052 de 18 de Dezembro de 2023, que concede descontos de até 100 % (cem por cento) em multas e juros para pagamentos e negociações de dívidas incluindo o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU no período de 01/01/2024 e 31/08/2024.

<b>LOCAL E DATA</b>	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 22 de Fevereiro de 2024.	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA</b>	
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968
Assinatura:	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL</b>	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 0051/2024, em de de 2024.	
Nome:	CPF/RG:
Assinatura:	
<b>ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL</b>	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 0051/2024	Fernando Naves Mendes Fiscal de Tributos/Matricula: 441.954 Assinatura:

Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.

## EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA  
SILVA BONIFÁCIO**

**TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350**

**ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)**